

# Vale de Condes, Alcoutim: um sítio tardo-antigo da Diocese de *Ossonoba*

Isabel Inácio  
Arqueóloga

## Introdução

O Algarve, cujas condições geográficas estabelecem um território bem delimitado, tem sido alvo de investigação arqueológica sistemática desde a segunda metade do século XIX. As informações acerca do período tardo-antigo surgem de uma multiplicidade e diversidade de trabalhos arqueológicos nos quais, à falta de um estudo directamente vocacionado para este tema, se manifestam, normalmente, associados, ao período romano e/ou islâmico. Partido da análise das escavações arqueológicas efectuadas no sítio de Vale de Condes, Alcoutim, designadamente na área da necrópole, cujos resultados apontam para uma ocupação tardo-antiga, procurou-se fazer uma sistematização da informação existente para este período, de forma a poder enquadrar esta necrópole no mundo da morte da Antiguidade Tardia no território algarvio. Conjugado com os resultados das escavações este trabalho baseia-se na pesquisa e levantamento bibliográfico, de sítios de época tardo-antiga / visigótica, no território em estudo. A investigação efectuou-se com base na descrição escrita e gráfica das necrópoles, bem como na análise dos materiais apresentados nos mesmos artigos ou estudos. Com os dados fornecidos por esta recolha, que variam desde uma simples referência a um artefacto, à escavação ou a monografias gerais, foi elaborado um inventário de sítios, com base no qual se efectuou uma análise à ocupação tardo-antiga no Algarve. Este artigo resulta de uma Dissertação de Mestrado — “A Necrópole de Vale de Condes, Alcoutim, no contexto da Antiguidade Tardia do Algarve” — apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

## Descrição geográfica

O Algarve, região que corresponde ao actual distrito de Faro, apresenta-se como uma zona bem individualizada no espaço do território continental português, dividindo-se em *dois Algarves*: a Serra e o Barrocal (Ribeiro, 1987: 161), ou a Serra do Algarve e o Algarve (Feio, 1983: 93,107). Este espaço é limitado a nascente pelo Guadiana, a S e a O pelo Oceano Atlântico e a N pelo Alentejo, cuja raia é marcada pelas Ribeira de Odeceixe e Vascão e pelas Serras de Monchique e do Caldeirão, divisão já visível num mapa do século XVI.

Na rede hidrográfica destaca-se o Rio Guadiana, uma das mais importantes vias fluviais do sul da Península Ibérica, assinalando-se no Barlavento o rio Arade, navegável por barcos de grande calado até à cidade de Silves e, cuja foz forma uma baía que possibilita um porto abrigado e a Sotavento o rio Gilão, em Tavira. Região marcada sobretudo pelas ribeiras, caudalosas no Inverno, mas que no Verão se podem passar a vau (Lopes, 1841: 24), evidenciam-se, no extremo ocidental, as Ribeiras de Odeceixe, Aljezur, Bensafrim, Odiáxere, Boina e Odelouca, (que desaguam no Rio Arade), Alcantarilha e Quarteira, e no extremo oriental Vascão, Foupana, Odeleite, e Beliche, que desaguam no Guadiana. O litoral apresenta duas características distintas: no Sotavento a costa é bordejada por um cordão de dunas, no Barlavento a existência de altas falésias dificulta o acesso à costa que apenas se efectua por pequenas baías. A fertilidade do solo, aliada às condições naturais de clima e posição geográfica fazem deste território o local ideal à implantação de comunidades. Na Serra predomina o pastoreio e as hortas, em torno das várzeas das ribeiras. A agricultura intensiva é praticada em áreas limitadas onde a população se aglomera, aliada à raridade de pontos de água, sendo visível a agricultura de sequeiro, e a de regadio, localizada nas planícies de aluvião e partes baixas do litoral (Feio, 1983: 97-99, 121; Ribeiro, 1987: 162).

Quase todos os concelhos actuais abrangem trechos do litoral e da Serra, permitindo uma complementaridade de recursos descritos por alguns autores árabes, como Ibn Háucal, (Domingues, 1971: 190) e Al-Razi (Vallvé, 1986, 71) que se referem a esta província como uma área fértil e abundante. Segundo al-Bakri, nesta região reúnem-se as qualidades de quase todo o mundo, devido à qualidade do clima, das terras e das águas, dos recursos minerais (*idem*, 84).

### **O território e Diocese de Ossonoba na Antiguidade Tardia**

O mundo tardo antigo é marcado, de uma forma geral, pelo desmembramento e dissolução do Império Romano, e pela movimentação de povos no exterior e no interior do espaço imperial. Alguns povos marcam a sua passagem pela P. Ibérica como invasores, caso dos Suevos, Vândalos e Alanos ou como federados do Império romano – os visigodos. Os inícios do século V são conturbados, como demonstram as várias fontes e os tesouros monetários desta época (Mattoso, 1992: 305). No entanto no registo arqueológico ou nas fontes históricas não se encontram (ainda) evidências de destruição atribuíveis a esta época, designadamente no período de 441 a 454 quando os Suevos empreendem incursões pelo sul da Península saqueando algumas cidades, ou das consequências das lutas entre Suevos e Visigodos. O território hispânico sob o domínio visigodo apenas é reunificado durante o reinado de Leovigildo (572- 586) com a anexação do reino suevo em 584 e a conquista de alguns territórios sob o domínio bizantino, cuja

expulsão definitiva da P. Ibérica se concretiza em 624 com a conquista de Faro pelo rei Suintila. Contudo apenas no reinado de Wamba se organiza administrativamente o território. Se durante o século VI a vida cultural e económica na Lusitânia prosseguia sem grandes percalços, o século VII, especialmente na segunda metade, é marcado por fomes, pestes e lutas internas que desgastam o poder real e conduzem à invasão islâmica em 711 (Mattoso, 1992: 316).

Na *Divisão de Wamba*, atribuída ao século VII, documento que aponta os limites das províncias eclesiásticas e dos bispados que as compõem, indicando quatro referências toponímicas que corresponderão a cidades ou acidentes de relevo importantes (Fernandes, 1997: 115), a diocese de Ossonoba teria como limites: *Exonoba teneat de Ambia usque Salam. de Ipsa usque Turrem* (Vazquez de Parga, 1943: 80). Das coordenadas apresentadas apenas *Ipsa* parece corresponder ao topónimo de *Ipses* (Vila Velha, Alvor), embora Almeida Fernandes a coloque em Isirpa (Serpa), embora com algumas reticências (Catarino, 1999: 61; 2002:30; Fernandes, 1997:115). *Ambia* confinaria com o território da diocese de *Elispona* (Lisboa) e *Salam* com o território de *Idigitania* (Idanha), no que parece ser uma incorrecção, pois em finais do século VII já existem referências à diocese de Beja e de Évora, que se situam geograficamente entre Faro e Idanha. *Ambia* e *Sala* são de localização desconhecida talvez localizadas no limite norte/ocidental e na zona oriental, perto do Guadiana (Catarino, 2002: 30) ou coincidindo com a foz do Guadiana e do foz do Mira (Fernandes, 1997: 117). No texto da compilação najerense (Vazquez de Parga, 1943: 103) a menção *ipsa* (do pronome latino *ipse*, a, um, exactamente, precisamente, o próprio a própria) é escrita com letra minúscula o que poderá significar que se refere à própria menção de *Ossonoba*. Por oposição a *Ipsa* (que neste caso seria *Ossonoba*, a sul), *Turrem* terá que se localizar no limite oposto, talvez nas serras de Monchique ou do Caldeirão (Catarino, 2002: 30), embora Almeida Fernandes situe este local perto do cabo de S. Vicente, em Torre d'Aspa (Fernandes, 1997: 117), sendo o topónimo Aspa, um vocábulo de origem germânica directa – *aspa* – comum em todas as regiões ocupadas pelos visigodos (Piel, 1940: 572).

Devido às suas condições geográficas o Algarve teria uma vida litoral intensa em época romana aqui se localizando os centros mais importantes. Para *Baesuris* (Castro Marim), que controlaria a foz do Guadiana (Fabião, 1992-93: 232) não existem referências ou testemunhos arqueológicos que atestem a presença de uma comunidade neste local em época tardo - antiga. O geógrafo árabe al-Himyari refere a existência de um edifício construído durante o reinado de César Diocleciano em Marsa Hasim, que alguns autores situam em Castro Marim, apesar de esta localização carecer de confirmação (Domingues, 1960: 341; Coelho, 1989: 56-57). Em *Balsa* (Tavira) está atestada a presença romana relacionada com o comércio a indústria de transformação de pescado (Fabião, 1992-93: 233-234). A cidade poderia ter passado para domínio bizantino em meados do século VI (Alarcão, 1994:

3), e uma série de vestígios arqueológicos atestam a permanência de uma comunidade até aos séculos XII-XIII (Nollen, 1994: 8).

*Ossonoba* (Faro) com boas defesas naturais e porto de abrigo natural, terá sido o núcleo urbano mais importante em época romana no actual Algarve (Fabião, 1999: 37; Mantas, 1997: 295). Em inícios do século IV já constituía uma diocese cristã, sendo das primeiras da Província da Lusitânia a estar representada num concílio, o que demonstra a sua importância (Lopes, 1953-54: 129). A cidade parece ter sido poupada às violentas incursões dos Suevos, que se estabelecem no litoral ocidental do território (Maciel, 2003: 111), tal como se terá mantido à parte das lutas entre Suevos e Visigodos (Catarino, 2002: 30). Não se sabe a data exacta da ocupação pelos Bizantinos, que desde 551 controlam o Levante e o Sul da Península Ibérica, mas em 624 (data em que cidade era governada por Cesário, representante do Imperador) estes são vencidos pelo rei Suintila (*idem, ibidem*; Maciel, 2003: 116; Lopes, 1958-59: 127).

O povoamento em *Cilpes* possivelmente localizada no Cerro da Rocha Branca, Silves está atestado para o século IV, época em que o povoamento parece mudar-se para a actual cidade de Silves, continuando, no entanto a ser habitada. De *Portus Hannibalis* apenas conhecemos referências escritas, não existindo vestígios seguros para a sua localização, embora a área da cidade de Portimão seja apontada como um dos locais possíveis (Fabião, 1992-93: 235-236). Em *Ipses*, que se terá localizado em Vila Velha, Alvor, as descrições de Garcia de Resende “*uma pequena ilha, bastante elevada e plana no cimo, onde outrora existiu um ópido*” referem a existência de ruínas de edifícios bem como vestígios de materiais (Resende, 1996: 189), apontam para uma perduração de ocupação neste local, assim como Ataíde de Oliveira, que refere igualmente a presença de vestígios de estruturas e de artefactos encontrados na área designada *Vila Velha* (Oliveira, 1907: 103). A ausência de “*monumentos ou vestígios de origem gótica*” devem-se apenas à acção do tempo (*idem*: 58). As escavações arqueológicas efectuadas por T. Gamito confirmam a existência de materiais com uma larga diacronia cronológica, especificando a existência de materiais de período visigótico (Gamito, 1997: 258) pelo que *Ipses* poderia coincidir com a *civitas Ipsa* mencionada na *Divisio Wamba* (Catarino, 2002: 30). *Lacobriga*, cuja localização exacta se desconhece, poderá ter-se situado no Monte Molião ou na actual cidade de Lagos (Fabião, 1992-93: 237). Em ambos os locais foram identificados vestígios que indiciam ocupação em época tardo-antiga.

A par da vida urbana, a evidência arqueológica, resultante dos muitos levantamentos efectuados neste território, sugere um povoamento rural consistente, disseminado pelo litoral e pelo Barrocal reflectido na presença de *villae* (*idem*: 238). No século IV, Diocleciano, redefine a divisão territorial hispânica existente, passando o território a contar com sete províncias, incluindo-se o território do actual Algarve na Lusitânia. Apesar das escassas notícias escritas, sabemos que a divisão jurídico-

administrativa visigótica, mencionada por geógrafos árabes, foi adaptada da divisão de Diocleciano, e que os limites eclesiásticos coincidem com os civis. O território da diocese de *Ossonoba*, dependente da província de Mérida, deveria compreender uma área equivalente ao actual distrito algarvio (Catarino, 2002: 30).

### **Espaços religiosos na Diocese de *Ossonoba***

A prosperidade de *Ossonoba* terá permitido o crescimento de uma elite de comerciantes, com contactos com o Oriente, que terá possibilitado o crescimento e proliferação da nova religião – o cristianismo – que marca todo o período tardo-antigo e se difunde sobretudo nos meios citadinos, mais permeáveis a novas ideias. Proibido pelo governo imperial, o que contribui para um crescente número de mártires, o cristianismo é reconhecido como religião de estado em 313 com o Édito de Milão promulgado por Constantino.

O desenvolvimento do cristianismo e o crescente número de crentes implica um desenvolvimento da hierarquia da igreja, na qual o bispo se torna o responsável por uma comunidade. Não se conhece a data de criação da diocese de *Ossonoba*, mas em inícios do século IV no concílio de *Illiberis* (Elvira), no qual participam apenas dezanove bispos e vinte e quatro padres de toda a Hispânia, a diocese já envia um representante — o bispo Vicente (Jorge, 2002: 77, 99) —, o que revela a importância da cidade e da respectiva comunidade cristã. Em finais do século, a propagação da heresia Prisciliana provoca uma forte intervenção do bispo Itácio, que se destaca como um dos protagonistas desta crise (Azevedo, 1967: 55-62; Catarino, 2002: 30). Após um período de cerca de duzentos anos sem registo de bispos, apenas no VIII Concílio de Toledo em 589, um bispo *ossonobense* – Petrus – volta a ser referido. Este Concílio reveste-se de particular importância, pois é nesta data que se assinala a conversão do rei Recaredo ao cristianismo, que passa ser a religião oficial do Estado Visigodo. A longa ausência de bispos presentes em concílios peninsulares tem vindo a ser interpretada como indício de uma efectiva presença bizantina no território (Catarino, 2002: 30; Lopes, 1958-59). Apesar de não se conhecer a data exacta da ocupação é possível que no reinado de Atanagildo (554-567) o território, ou parte do território de *Ossonoba* já se encontrasse ocupado (Lopes, 1958-59: 133), prolongando-se o domínio bizantino até 624, o torna a presença do bispo Petrus em 589 no III Concílio de Toledo uma prova da força e da importância do monarca visigodo.

Além das sedes de bispado existiam, outras unidades administrativas internas e igrejas de categoria inferior. Igrejas, basílicas e mosteiros poderiam coexistir nas cidades e no campo, algumas integradas no sistema de paróquias, podendo algumas igrejas pertencerem a privados, contribuindo para uma maior cristianização da paisagem, não só urbana como rural (Garcia Moreno, 1977-78:

311). No actual distrito de Faro foram referenciados quatro edifícios com características religiosas (Fig. 1). As escavações de Estácio da Veiga no sítio do Montinho das Laranjeiras, Alcoutim revelaram a presença de um edifício, cuja planta tem sido interpretada como uma *ecclesia*, de planta cruciforme, com pavimento em mosaico e com vestígios de enterramentos no seu interior, que denotará influências de Ravena, datável de finais do século VI / inícios do VII (Maciel, 1996: 94) e remodelada em finais do século VII / inícios do VIII (Coutinho, 2005: 13). Em Loulé Velho, Quarteira, a erosão colocou à vista estruturas de uma possível basílica paleocristã, com uma sepultura associada, escavada por M. Varela Gomes. Em Milreu, Estoi é ainda visível o que resta do antigo edifício de culto pagão que terá sido construída em inícios do século IV (Hauschild, 1984/88: 123-146) e posteriormente adaptada a edifício de culto cristão em finais do século IV – inícios do século V (Hauschild, 1984/88: 123-150). A existência de um edifício na Quinta do Marim, Olhão com características semelhantes ao de Milreu pode apontar para uma reutilização semelhante, como edifício de culto cristão, até porque foram encontradas nas imediações duas necrópoles com materiais datáveis de período tardo-antigo.

Na sede diocesana, a actual cidade de Faro, foram inventariados bastantes fragmentos de elementos arquitectónicos (Almeida, 1962: 206, 208, 254), sem no entanto, ainda, se terem encontrado vestígios de edifícios religiosos ou administrativos necessários a uma sede episcopal: uma igreja principal com baptistério e o paço episcopal entre outros. Elementos arquitectónicos, indicadores da existência de edifícios de culto, estão assinalados na ermida velha da Cerca das Oliveiras de S. Martinho Velho, Alcoutim (uma inscrição funerária) e em Clarines, Giões, foram reaproveitados na actual igreja. No sítio de Vale de Condes, Alcoutim foram identificados fragmentos e bases de coluna e um fragmento de mesa de altar, relacionadas com a existência de uma necrópole podem atestar a presença de um edifício de culto tardo-antigo (Catarino, 1988: 21; 1990: 29-30; 1997/98: 205-206). Em Torre de Apra, Loulé, foram recolhidos dois fragmentos de capitéis e um fragmento de mesa de altar; no sítio da Retorta, Quarteira, onde foi identificada uma *villa* romana com uma necrópole, cujos materiais apontam para ocupação tardo-antiga, foi recolhido um fragmento arquitectónico datável do século VII (Gomes, 2002: 384, 385); na ermida da Senhora da Rocha, Porches, são visíveis três capitéis, com decoração fitomórfica atribuíveis ao período bizantino (Gamito, 1996: 263) e um capitel recolhido em Alcantarilha poderá estar relacionado com o povoamento tardo-antigo existente na área.

### **Espaços da morte: cemitérios**

No seguimento das práticas estabelecidas pelos romanos, a inumação no

exterior dos espaços urbanos continua uma constante. Com o cristianismo, o morto deixa de ser uma presença nefasta, mas os hábitos enraizados das populações, provocam grandes reticências em transportar os mortos para o interior do mundo dos vivos. Inicialmente, até porque se tratava de uma religião proibida, os primeiros cristãos enterram os seus mortos em espaços extra muros (Barroca, 1987: 10). A necrópole estende-se consoante a disponibilidade de espaço e/ou o estatuto sócio económico do indivíduo. Com a liberdade de culto, são erigidos alguns templos, normalmente associados à devoção a um mártir, em redor do qual se enterram os mortos, granjeando uma protecção extra, prática atestada desde o século V. Estes novos núcleos, por vezes pólos de atracção e desenvolvimento, provocam uma migração de povoamento, do mundo dos vivos para o mundo dos mortos (Barroca, 1987: 10-11). Ainda no século V inicia-se o fenómeno do enterramento no interior dos templos, desenvolvendo a crença de receber protecção adicional, prática que apenas estará generalizado nos séculos VIII-IX (*idem*: 12), em parte devido à contestação da Igreja, que proíbe esta prática no cânone XVIII do Concílio de Braga em 561. No espaço rural, a partir de finais do século IV, muitos templos das *villae* romanas são adaptados ao culto cristão, que se transformam em pequenos cemitérios privados, a partir do século V mas com maior incidência no século VI. Por vezes, além da adaptação do antigo templo pagão, são construídas pequenas basílicas que servem a população que vive em torno destas estruturas latifundiárias.

As necrópoles rurais são, muitas vezes, identificadas isoladas de qualquer tipo de aglomeração habitacional conhecida. Mesmo nestes casos as sepulturas surgem normalmente agrupadas, pois desta forma protegiam-se mutuamente, sendo os familiares enterrados nas proximidades ou na mesma sepultura (Mattoso, 1996: 33). Cada área teria zonas de enterramento, que poderiam, ou não estar, relacionadas com as sedes das várias paróquias. A sepultura de tradição visigoda é anónima, estando os epitáfios ausentes na maioria das necrópoles desta época (Barroca, 1987: 82). Apesar de não ser uma norma categórica, este aspecto contrasta com os registos encontrados nas necrópoles romanas. No Algarve apenas quatro lápides epigrafadas se podem atribuir a este período (Fig. 1). Além de uma lápide em *Balsa*, foram encontradas duas na Quinta do Marim, Olhão, datáveis do século V-VI e uma outra em Faro, sem cronologia segura (Vives, 1942: 168).

### **A necrópole de Vale de Condes, Alcoutim: um caso de estudo**

A existência de um possível edifício de culto associado a uma necrópole foi referida para o sítio de Vale de Condes, que se localiza na freguesia e concelho de Alcoutim, CMP 575 (1:25 000), com as coordenadas GAUSS M= 259.4 P= 055.0, a cerca de quatro quilómetros a Sul da Vila de Alcoutim e a cerca de oito quilómetros a Norte do sítio arqueológico do Montinho das Laranjeiras. O sítio arqueológico

situa-se na base de um cerro, cortada pela EM 234, limitado a Norte pelo Barranco de Vale de Condes, e estendendo-se numa rechã até ao rio Guadiana (Fig. 2). Foi identificado por H. Catarino, tendo sido arrasado aquando do alargamento da estrada municipal, ficando visível apenas uma sepultura, e um fragmento de base de coluna e um fragmento de fuste de coluna. A necrópole, que foi cortada pelo alargamento da estrada municipal, localiza-se na base do cerro, expandindo-se por este, e a zona de habitat na rechã adjacente ao Guadiana, no qual são visíveis as estruturas de um edifício de planta quadrangular, com 5,5m de lado, designada localmente por Igreja de Vale de Condes. Foram recolhidas nesta área fragmentos de ânfora, *sigillata* hispânica tardia e cerâmicas comuns, bem como um fragmento de mó, sendo visíveis fragmentos de fustes de colunas nos muros de divisão de propriedade (Catarino, 1997/98: 206).

Foram realizadas duas campanhas de escavações em 1996 e 1998 abrangendo a área de necrópole e a zona de habitat. Nesta uma sondagem revelou, após da decapagem da U.E de superfície, duas estruturas, parcialmente cobertas por um derrube, [2] constituído por pedras e fragmentos de materiais de construção (telhas e ladrilhos) que se estendia por toda a área da sondagem. Junto do muro de limite de propriedade foi identificada parcialmente uma estrutura – [M1] – construído com pedras argamassadas e com a face visível rebocada e com 1,36m de comprimento visível por 0,70m de largura. Perpendicularmente a este, e aparentemente mais antigo, foi identificada outra estrutura – [M2] – constituída por pedras de xisto e fragmentos de mármore, com cerca de 2,40m de comprimento por 0,54m de largura. A alguns metros da sondagem arqueológica escavadores clandestinos puseram à vista, um fragmento arquitectónico em mármore, que poderá corresponder a uma mesa de altar (Fig.3). Tem 1,17m, por 0,75m de largura e 0,21m de altura máxima. Apresenta duas cavidades de forma quadrangular, com cerca de 0,16m por 0,15m. Uma destas cavidades apresenta a base de uma pequena coluna, com cerca de 15,5 cm de diâmetro, e na qual é possível observar restos de chumbo utilizado para a colagem. Também apresenta uma pequena cavidade em forma de "meia-lua", e um friso, que rodeia toda a peça. Apresenta paralelos com uma base de mesa de altar encontrada na abside da Basílica de Es Fornás de Torelló, Menorca, Baleares (Palol, 1962: 42; fig.6, 43, fig. 9; *idem*, 1967:184,186). Este tipo de elemento, cuja base podia ser constituída por mais de uma peça onde assentavam, unidas com chumbo, quatro colunas laterais mais uma central que suportavam a mesa ou ara, são datáveis de finais do século V – inícios do VI, podendo prolongar-se até ao VII (*idem*, 1967: 184-189). Em Tarragona, na Basílica do Anfiteatro foi encontrado um fragmento de base de mesa de altar semelhante, datável de finais do século VI (VVAA, 1990: 223, 239).

Na área da necrópole foram identificadas e delimitadas dezanove sepulturas, das quais apenas doze foram integralmente escavadas, sendo as restantes oito apenas parcialmente definidas. As sepulturas são escavadas na rocha

de base – xisto – material também utilizado no aparelho lateral e nas tampas de cobertura. (fig. 4). A sepultura I (a única visível inicialmente), encontrava-se violada restando apenas uma única laje de cobertura. Apresenta uma fossa de implantação escavada na rocha, com forma ovalada muito irregular, com cerca de 2,60 m de comprimento por cerca de 1,12 m de largura e 0,72 m de profundidade. No interior a caixa sepulcral apresenta uma forma trapezoidal, com 1,60 m de comprimento, por 0,54 m de largura, com um aparelho muito irregular, constituído por pedras de xisto e xisto grauváquico de tamanho muito variáveis. Os aparelhos laterais apresentam-se todos travados entre si e a cobertura seria constituída por várias lajes de xisto, de forma rectangular irregular. A orientação é de SO-NE e foi atribuído o nº 6 à inumação. A Sepultura II, aparelho e orientação completamente diferente das restantes, localizando-se no topo do afloramento rochoso, sobrelevando-se ligeiramente em relação às restantes sepulturas. O corte de implantação, escavado no afloramento, não é totalmente visível, e era apenas delimitada por quatro lajes de xisto dispostas no topo; as duas lajes que formam os limites laterais (inicialmente uma única laje, que foi partida ao meio) apresentam uma forma trapezoidal irregular, e as de topo forma rectangular. Tem de medidas internas 1,80 m de comprimento, 0,45 m de largura e de profundidade 0,49 m. Como esta sepultura se encontra no topo do afloramento, que foi escavado para conter a sepultura, a laje lateral a nascente encontra-se "escorada" no seu lado externo por um aparelho de lajes e pedras de xisto, dispostas em cunha acompanhando toda a extensão da laje, sendo reforçada na extremidade norte onde o topo do afloramento coincide com a cabeceira da sepultura III. A estrutura de topo sul apresentava igualmente uma estrutura de pedras, algumas dispostas em cunha entre a laje e o afloramento. Tinha apenas duas lajes de cobertura, que se encontravam sobre um depósito de terra argamassada que formava parte da cobertura da sepultura. A sua orientação é de N-S e continha ténues restos de uma inumação, à qual foi atribuída o número 8.

A Sepultura III localizada na base do afloramento no qual se situa a sepultura II, apresenta uma fossa de implantação irregular, de forma ovalada com 2,50m de comprimento por 1,20m de largura, e de profundidade 0,78m na cabeceira e 0,60m nos pés. A estrutura interna é de forma rectangular com 1,80m de comprimento, 0,50m de largura e 0,50m de profundidade, com aparelho muito irregular, constituído por blocos e lajes de xisto, de tamanhos e formas irregulares e um fragmento de ladrilho de grandes dimensões. Apresentava duas protecções: a primeira sob a forma de uma pequena couraça, constituída por pequenos blocos de xisto; sob esta, a cobertura era constituída por seis lajes de xisto, de tamanho e forma irregular, que cobriam toda a sepultura. Com orientação O-E continha uma inumação a que foi atribuído o número 2, associada a 21 pregos e cavilhas de ferro de diferentes tipologias e tamanhos.

A Sepultura IV apresenta uma fossa de implantação de forma rectangular irregular, com estrutura interna de forma levemente trapezoidal, constituída por

fragmentos de telhas e algumas pedras de xisto rudemente aparelhadas, com fiadas irregulares, não conservando estrutura de fecho (pés), com 1,40m de comprimento por 0,30m de largura máxima e 0,30m de profundidade máxima. A base da sepultura foi nivelada com um depósito de enchimento que colmatava as irregularidades da rocha base. Não apresentava cobertura, nem vestígios da mesma, nem inumação exceptuando um fragmento de dente. A orientação é de NO-SE. A Sepultura V, escavada no afloramento, sem qualquer estrutura interna, apresenta forma oval. O corte no afloramento, muito irregular, tem 2,10m de comprimento por 0,64m de largura máxima e 0,34 m de profundidade máxima. A orientação é de S-N, pois a cabeceira desta sepultura encontrava-se no extremo S, com uma inumação – nº 1 – depositada directamente sobre o afloramento. Na Sepultura V a fossa de implantação apresenta forma rectangular, um tanto irregular, mas bem definida com 2,40m de comprimento por 1,12m de largura e 0,44m de profundidade. A cobertura, bastante fragmentada, era constituída por três lajes de xisto de média dimensão e vários fragmentos de outras. A estrutura interna, de forma trapezoidal, no topo N uma grande laje de xisto, aparelhada e de forma ovalada. O restante aparelho é irregular, mas com blocos bem aparelhados. Tem de dimensões internas de 1,90 m de comprimento, por 0,64 m de largura e 0,52 m de profundidade. A orientação é de O-E com uma inumação, n.º 5, em relativo bom estado de conservação.

A Sepultura VII, localizada na base do afloramento, apresentava-se em muito mau estado de conservação. Não apresentava qualquer vestígio de cobertura, excepto muitos fragmentos de xisto e cerâmica e o corte no afloramento apresentava-se extremamente irregular com forma trapezoidal. A estrutura interna, muito destruída e de forma trapezoidal, apenas se conservou no topo da cabeceira, maioritariamente construída com fragmentos de materiais de construção cerâmicos (telhas e ladrilhos) e algumas lajes de xisto. Tem de 1,90m comprimento por 0,47m largura e 0,45m de profundidade máxima. Encontra-se orientada a O-E com a inumação n.º 3. Pelo contrário a Sepultura VIII, apresentava-se bem estruturada com fossa de implantação de forma ovalada irregular, com 2,18m de comprimento por 1,02m de largura máxima e uma caixa sepulcral de forma trapezoidal com 1,70m de comprimento, por 0,50m de largura e 0,30m de profundidade. A sua orientação é de O-E, com uma inumação, n.º 4, e espólio associado: uma ponta de objecto metálico (fusilhão) em muito mau estado de conservação, na zona onde se localizaria o tronco do indivíduo, e uma moeda de bronze, cuja leitura não é muito legível, mas que poderá ser atribuída a Constâncio, ou a Constantino.

A Sepultura IX localiza-se já em pleno estradão, apresentando muitos revolvimentos de terra e pedras, pelo que a sua definição total não foi possível. A cobertura era constituída por blocos de grauaque e de xisto de dimensões e formas muito variáveis, que parecia assentar sobre as estruturas laterais muito destruídas, não sendo possível definir a extremidade nascente. A forma da sepultura parece ser

rectangular com de 1,75m de comprimento visível por 0,84m de largura externa e 0,42m de largura interna. Esta sepultura foi apenas delimitada, sobrepondo-se a outras duas sepulturas: XVI e XVII. Poderá ter orientação O-E. A Sepultura X, de forma rectangular e sem estrutura interna, media 1,74m de comprimento por 0,50m de largura e 0,34m de altura. Não apresentava qualquer tipo de cobertura mas no interior foi delimitada uma grande laje encostada ao afloramento e assentando sobre a inumação, que poderia ter pertencido à cobertura. Devido ao estado da inumação no seu interior, poderá ser pertinente pensar numa intrusão em época indeterminada. A sua orientação é de SO-NE, e à inumação desconexa, com fragmentos de crânios presentes nos dois topos da sepultura, foi atribuído o número 7. A Sepultura XI corresponde a uma pequena sepultura, de forma oval irregular escavada no afloramento xistoso, sem qualquer tipo de estrutura ou cobertura, com o comprimento máximo de 0,98m por 0,48m de largura e 0,19m de profundidade. Orientada a O-E não apresentava qualquer espólio ou vestígios de inumação. Pelas pequenas dimensões da sepultura esta deve ter pertencido a uma criança.

No prolongamento para o corte sul foi identificada a Sepultura XII, apenas parcialmente delimitada, com 1,50m de comprimento visível e 0,62m de largura (externa?). É perceptível a sua forma trapezoidal, e as lajes de xisto que constituem a cobertura sobrepõem-se, concedendo um aspecto de "degraus". A sua orientação é de SO-NE. A Sepultura XIII apenas foi definida cerca de metade da largura. Trata-se de uma estrutura sepulcral com um aparelho lateral, constituído por blocos de grauvaque, e uma estrutura de cobertura constituída por quatro lajes de xisto. A forma da sepultura pode considerar-se, para já, rectangular com comprimento externo visível de 1,94m e 0,70m de largura visível externa. Possivelmente orientada a O-E. Localizada na área aberta a poente, que apenas foi alvo de limpeza de superfície, no topo do afloramento foi identificada a Sepultura XIV, a qual aparenta forma de "cista" ou caixa, cujas estruturas laterais são formadas por tégulas. Estas estruturas parecem encontrar-se inseridas numa outra estrutura, pétreia, bem definida, que constitui parte integrante da sepultura XV. Tem de medidas visíveis 0,60m de comprimento e 0,30m de largura. A sua orientação é indeterminada. Também a Sepultura XV não se encontra totalmente delimitada, tendo sido definidas duas estruturas bem alinhadas que poderão corresponder a uma estrutura lateral e de fecho. Um revolvimento a S poderia ter constituído uma outra estrutura lateral, tanto mais que se encontra sobre o limite do afloramento, pertencente a uma outra sepultura de menores dimensões. A sua forma é indeterminada, podendo ser rectangular ou trapezoidal sem indícios de cobertura, com 1,06m de comprimento visível e 0,36m de largura visível. Aparentemente encontra-se orientada a SO-NE.

Sob a estrutura da sepultura IX, sendo apenas perceptível parte do corte no afloramento de forma ovalada irregular, e algumas lajes de xisto que integram a estrutura de cobertura, foi identificada a Sepultura XVI. Delimitada apenas em 1,32m de comprimento e 0,47m de largura máxima externa, a sua orientação aparenta ser

de O-E. Esta sepultura faz parte de um segundo momento de enterramentos nesta área da necrópole, com uma estrutura diferente da sepultura IX que se lhe sobrepõe. Igualmente sob a sepultura IX foi identificada a Sepultura XVII com um corte de implantação bem marcado, com forma rectangular irregular e comprimento visível de 1,10m por 0,80m de largura máxima, com possível orientação de SO-NE. A cobertura da sepultura apresenta-se sob a forma de três lajes de xisto que se encontram fracturadas e a estrutura de topo (cabeceira?) bem definida por uma laje. Não é possível atribuir uma relação com a sepultura XVI, pois esta relação apenas será visível após a desmontagem da sepultura IX, cuja estrutura de cabeceira assenta claramente sobre as lajes de cobertura desta sepultura.

A Sepultura XVIII apresenta de forma rectangular, sem estrutura interna, com 1,56m de comprimento por 0,38m de largura e 0,34m de profundidade. A orientação é de SO-NE com dois vestígios de inumação situados nos topos da sepultura. Foi atribuído o número 10 às inumações provenientes desta sepultura que não forneceu espólio. A Sepultura XIX é constituída por um corte no afloramento, de forma trapezoidal, ovalado no topo da cabeceira, sem estrutura interna, orientada SO-NE. Tem de comprimento 1,62m, de largura máxima 0,44m, de largura mínima 0,20m e de profundidade cerca de 0,21m. Cobrindo cerca de metade da sepultura foi identificado um depósito de forma ovalada, constituído por seixos do rio compactados, e que cobria cerca de metade da sepultura.

Tabela 1. Tipologia das sepulturas de Vale de Condes, Alcoutim.

Sepultura	Orientação	Forma	Aparelho	Comp.	Largura	Prof.
I	SO-NE	Trapezoidal	Pedra	1,60	0,54	0,72
II	N-S	Trapezoidal	Pedra	1,80	0,45	0,50
III	O-E	Rectangular	Pedra	1,80	0,50	0,45
IV	NO-SE	Trapezoidal	Misto	1,40	0,30	0,30
V	S-N	Oval	-	2,10	0,64	0,34
VI	O-E	Trapezoidal	Pedra	1,90	0,64	0,52
VII	O-E	Trapezoidal	Misto	1,90	0,47	0,45
VIII	O-E	Rectangular	Pedra	1,70	0,50	0,30
IX *	O-E	Rectangular	Pedra	1,75	0,42	----
X	SO-NE	Oval	-	1,74	0,50	0,35
XI	O-E	Oval	-	0,98	0,48	0,19
XII	SO-NE	Trapezoidal	IND	1,50*	0,62	----
XIII	O-E	IND / Rect	IND	1,94	0,70*	----
XIV	IND	IND	Cerâmica	0,60*	0,30*	----
XV	SO-NE	IND	IND	1,06*	0,36*	----
XVI	O-E	IND	IND	1,32*	0,47*	----
XVII	SO-NE	Rectangular*	IND	1.10*	0,80	----
XVIII	SO-NE	Rectangular	-	1,56	0,38	0,34
XIX	SO-NE	Trapezoidal	-	1,62	0,44	0,21

## Tipologia e orientação

Na necrópole de Vale de Condes estão representadas três tipos de sepulturas:

Trapezoidal – a tipologia mais comum, representada em sete casos, caracterizada por apresentar um corte na rocha muito distinto. O aparelho interno é integralmente constituído por lajes de xisto, exceptuando em dois casos (sepulturas IV e VII), que se apresenta misto, sendo constituído por pequenas pedras de xisto e fragmentos de tijolo.

Rectangular – apesar de o corte na rocha ser muito variado, assim como o aparelho de revestimento. A sepultura XVIII não apresenta qualquer tipo de revestimento, na sepultura XV é indeterminado, a sepultura XIV apresenta um revestimento constituído por régulas, e as sepulturas III e XIII apresentam um revestimento em xisto;

Oval – este conjunto caracteriza-se por apresentar um corte na rocha de forma oval e por não ter qualquer tipo de revestimento e de cobertura. De realçar um grande número de tipologias indefinidas que advém do facto de algumas sepulturas se encontrarem bastante destruídas. A predominância da tipologia trapezoidal ou rectangular caracteriza as necrópoles hispanas – godas, tendência que tende a generalizar-se (Barroca, 1987: 78-79), aliada ao tipo de construção maioritariamente em pedra, embora possam ocorrer a presença de elementos de cerâmica de construção. Nas sepulturas de tradição romana, simples covas escavadas no substrato, que também estão presentes nas necrópoles de tradição visigótica, por ser o tipo mais fácil e “económico” (*idem, ibidem*; Ripoll, 1996: 219).

Prevalece a orientação O-E, representada em nove enterramentos, que se generaliza a partir do século IV, com o desenvolvimento do cristianismo, mas que se manifesta até época mais tardia, sendo usuais em época visigótica, designadamente os séculos V-VI (Barroca, 1987: 12). A orientação SO-NE, identificado em sete casos poderá estar relacionada com a disposição do terreno, a paisagem envolvente, e a época do ano, pois o princípio ritual é o mesmo das sepulturas orientadas O-E. A orientação N-S, documentada na sepultura II, pode estar relacionada com um costume de tradição romana ou ritual pagão, aparecendo em necrópoles do Baixo-Império, designadamente na Germânia Transrrenana, importada por soldados e colonos germânicos, mas não utilizada pelos visigodos (Barroca, 1987: 12). Esta sepultura reveste-se de particular importância pois a sua localização, num local mais elevado, e a sua tipologia construtiva, que foge aos

exemplos conhecidos, parece indicar um ponto de destaque, assim como a orientação parece ter sido intencional. A orientação S-N, observável na sepultura V, caracterizada por uma simples cova oval escavada na rocha, pode caracterizar um enterramento com características ainda pagãs, ou mais tardias, talvez já com influências islâmicas.

### **Distribuição espacial**

Na necrópole de Vale de Condes as sepulturas encontram-se bem distribuídas espacialmente, com distâncias, entre as diferentes sepulturas, a variarem entre os 0,40m e 1m. As diferentes orientações e formas convivem, não sendo possível distinguir um sector onde se localize apenas uma forma ou tipologia. Algumas sepulturas encontram-se “agrupadas” pelo que se poderá colocar a hipótese de pertencerem a grupos familiares ou gentílicos diferentes, ao contrário da sepultura II, que apesar de bem integrada espacialmente apresenta uma tipologia e orientação diferente das demais. Poderá tratar-se de um enterramento mais antigo, em torno do qual a necrópole cresceu, ou da inumação de um indivíduo com uma componente social ou étnica diferente das restantes, pelo que poderá ter seguido um ritual próprio. Apesar da existência de espaços livres foi detectada uma área em que três sepulturas se sobrepõem. A mais recente, a sepultura IX, sobrepõe-se à sepultura XVI, que, por sua vez, se sobrepõe à sepultura XVIII. Numa primeira análise podemos concluir que se tratam de três enterramentos espaçados no tempo pois não reutilizam uma sepultura já construída, apesar de ocuparem o mesmo espaço, indicando possivelmente três gerações utilizadoras do mesmo espaço.

### **Ritual funerário e espólio**

Nesta necrópole apenas estão presentes inumações, como é habitual em cemitérios de rito cristão, salientando-se a ausência de espólio. As poucas inumações preservadas estão (tanto quanto é possível observar) em decúbito dorsal, apresentando a sepultura XVIII uma deposição secundária, facto habitual numa sociedade que preserva os laços sanguíneos através da morte (Mattoso, 1997: 9, Barroca, 1987: 82). A cabeça encontra-se, geralmente, orientada a oeste, virada para nascente, segundo as normas cristãs de deposição do cadáver. Foge a esta regra a inumação da sepultura V, cuja cabeça se encontra a sul, portanto “olhando” para norte. O estado dos restos osteológicos não permite perceber com exactidão qual a posição dos braços e das mãos.

Dada a ausência de artefactos de adorno pessoal, exceptuando num dos

casos, é de crer que o cadáver fosse lavado e simplesmente amortalhado, e desta forma depositado na sepultura. Apenas na sepultura VIII foi encontrado um numisma, em mau estado de conservação, da época de Constantino ou Constâncio. Também nesta sepultura foi encontrado parte de um fusilhão (?) de uma possível fíbula. A deposição em ataúde e padiola aparece atestada em dois casos: na sepultura V foi recolhido um prego, retorcido, em bronze; na sepultura III foram recolhidos, no seu interior, vinte e um pregos e cavilhas. Dada a disposição dos mesmos não oferece dúvidas que o seu ocupante teria sido sepultado num ataúde, característica de tradição visigótica (Ripoll, 1996: 222-223).

Pelo acima exposto estamos perante uma necrópole, cuja tipologia construtiva parece apontar para uma ocupação entre o século IV e o VII-VIII, se considerarmos a sua relação com o edifício de culto – basilica ou igreja – possivelmente de um certo porte e importância, dadas as dimensões dos tambores das colunas e a presença de uma base de mesa de altar. Pelo número de sepulturas e inumações, até agora escavadas, estaremos perante uma pequena comunidade rural que habitaria nas imediações, associada ao povoamento ao longo do rio Guadiana.

### **As necrópoles algarvias da Antiguidade Tardia**

A maior parte das necrópoles tardo-antigas identificadas no Algarve, localizam-se em sítios rurais sem povoamento associado (Fig.5). Não é possível avaliar com exactidão o número de sepulturas que constituem as necrópoles, não só pelo facto de não serem integralmente escavadas, e muitas já se encontrarem parcialmente destruídas quando foram identificadas, mas também por, muitas vezes, não ser referido o número exacto de sepulturas encontradas. Contudo as necrópoles rurais parecem apresentar um número que ronda as oito sepulturas, algumas com reutilizações, correspondentes a pequenas comunidades rurais que teriam utilizado o espaço durante um período de tempo indeterminado.

A orientação das sepulturas traduz os reflexos que diferenciam várias culturas, tradições culturais e religiosas. No entanto, a adaptação aos espaços pré existentes, as condições geomorfológicas do terreno e antigos hábitos podem induzir em equívoco quanto à interpretação da orientação das sepulturas, que em muitos casos é deixada a cargo das comunidades, não existindo uma interferência canónica por parte da Igreja.

O cristianismo traduz a esperança da ressurreição no dia do Juízo Final, e por este motivo, adopta-se uma orientação já utilizada, O-E, na direcção do sol nascente. Esta orientação começa a ser mais usual a partir do século IV (Barroca, 1987: 12), adoptando uma prática pré existente, talvez como forma de se demarcarem do culto pagão, no qual a orientação E-W proporcionava a deslocação

do espírito para Ocidente (*finis terrae*) (Barroca, 1987: 13). Para acentuar a esperança de ressurreição final a deposição, deverá ser em decúbito dorsal, com a cabeça colocada a oeste, para que, no Último Dia, o crente possa olhar Oriente, de onde nasce o sol e começa um novo dia. O número de inumações com orientação O-E, que parecem prevalecer, segundo os dados disponíveis, sobre as outras orientações, testemunha uma sociedade aparentemente cristianizada, embora ainda com alguns laivos de paganismo. A orientação NO-SE pode dever-se apenas a uma diferenciação de um grupo (familiar ou de outro tipo) no interior da mesma necrópole, não sendo possível avaliar a contemporaneidade ou posterioridade em relação às orientações O-E. As orientações N-S e S-N e E-O usualmente atribuídas a rituais pagãos, aparecem raramente podendo estar relacionadas com o pragmático motivo de adaptação ao espaço existente. Não se pode excluir no entanto as perdurações de tradições locais que marcam a cultura de qualquer comunidade.

A maioria das sepulturas das necrópoles do Algarve parece apresentar forma trapezoidal ou subtrapezoidal, tipologia característica do período visigótico, estando também presentes as sepulturas rectangulares parte das quais sem aparelho interno. Quando este existe é efectuado em materiais pétreos, por vezes reaproveitados, do qual o melhor exemplo será a sepultura da Quinta do Marim, escavada por Santos Rocha. No entanto, em termos de construção parece existir uma preferência por materiais pétreos locais, mesmo de má qualidade, ao reaproveitamento de outros tipos de materiais. Na Marateca e na Horta da Canada estão presentes duas sepulturas de forma poligonal, com uma forma vagamente antropomórfica, podendo representar exemplares tardios, já que se encontram associadas à falta de espólio votivo.

### **Rituais funerários**

O mundo dos mortos espelha as crenças dos vivos. Neste contexto a prática de rituais não deixa de se revestir de particular importância, pois está estritamente associado à mentalidade de uma comunidade. Devido ao facto do mundo da morte estar reservado à família, a Igreja pouco interfere neste ritual, proibindo apenas certas práticas que considerava contrárias aos princípios religiosos (Barroca, 1987:19). A inumação, adoptada pelo culto cristão, por se adaptar à crença de ressurreição final, torna-se a única forma de enterramento no século VI (Mattoso, 1996: 47). A importância desta ideologia marca o mundo funerário, pelo que muitas vezes são colocados, no interior das sepulturas, vários tipos de “calços” ou “almofadas” em pedra ou ladrilho, sob o crânio, ou ladeando-o, para que o indivíduo sepultado possa manter a cabeça a mais direita possível, evoluindo posteriormente para sepulturas de forma antropomórfica, com a cabeça e os ombros bem marcados, impossibilitando o descair do crânio. A progressiva proibição de

práticas fúnebres pela Igreja, que encara a Morte apenas como um sono profundo, não impede os cuidados colocados na última morada pelo que estão documentadas, para esta época, os cuidados postos na compra de uma sepultura ou os cuidados de manutenção desta (Mattoso, 1996: 51).

A necessidade de oferendas que acompanhassem o defunto é uma tradição fortemente enraizada entre as populações que, apesar da oposição da Igreja, continuou presente até muito tarde. Enquanto na população hispano romana a existência de artefactos cerâmicos, cujo número se vai reduzindo até à sua abolição total, traduz a ideia de preencher as necessidades no além mundo e os jarrinhos e garrafas (alguns dos quais decorados), sugerem os elementos utilizados na liturgia, já entre as populações de tradições germânica, o espólio cerâmico, quando presente, é reduzido a uma única peça, depositada ao lado do ombro esquerdo ou aos pés, preferindo os objectos de adorno ou as armas, como forma de demonstração de prestígio (Barroca, 1987: 17; Izquierdo Benito, 1977: 837). Nos artefactos de metal a presença de sertãs litúrgicas ou *patenas* e colheres litúrgicas, remete, igualmente para o mundo religioso, podendo estar associadas a elementos do clero.

O espólio cerâmico proveniente das necrópoles algarvias é relativamente escasso, devido ao facto de muitas das necrópoles terem sido descobertas na sequência de trabalhos agrícolas e os respectivos artefactos cerâmicos destruídos. Junta-se o facto de, muitas vezes, apenas se referir a existência de cerâmica e não apresentar a correspondente representação gráfica. Os jarrinhos e garrafas, com diversas variantes, encontram-se entre os artefactos mais representados, encontrando-se presentes nos sítios de Alcaria, Aljezur; Monte do Cágado, Bensafim; Necrópole da Ponte, Paderne; Poço dos Mouros, Silves; Almadeninha, Lagos, Morgado de Alte e Montinho das Laranjeiras, Alcoutim.

Nos artefactos de metal incluem-se as moedas, sendo raras as que provêm de contextos de enterramento: em Vale de Condes, Alcoutim, um numisma de Constâncio ou Constante; no Cerro da Vila, Quarteira; em Benafim, Alte, foi recolhida uma moeda em ouro – triente de Eudóxia (421-450 esposa de Teodósio II) atribuível ao século V (Vasconcellos, 1913: 268; Martins, 1988: 182-183), associada a um anel com a representação de Júpiter e Marte, revelando um vestígio de paganismo. Da Retorta, Boliqueime e de Balsa, Tavira, também existem notícias de numismas, mas sem contextualização. Os artefactos litúrgicos são constituídos por um conjunto de peças utilizadas nas cerimónias religiosas: sertãs, colheres e passadores. Optou-se por se incluir neste grupo as “pintadeiras”, objectos em forma de chave, muito trabalhados e profusamente decorados, o que impediria o seu efectivo funcionamento como chaves de porta. Por não se encontrarem atestados arqueologicamente, até ao momento, em contextos datáveis do período romano nem em contextos medievais islâmicos e cristão, ou outro período cronológico, leva a colocar a hipótese de que serão próprios de período paleocristão. A simbologia da

chave, relacionada com a abertura e fecho, é muito forte no Cristianismo, sendo atribuído a S. Pedro o poder de abrir ou fechar o Reino dos Céus, sendo as armas do Vaticano duas chaves cruzadas, o anterior símbolo do deus Jano (Chevalier e Gheerbrant, 1994: 191). Pela sua simbologia, e também pelo facto de se encontrarem em locais onde também foram recolhidas colheres litúrgicas, foram incluídas nesta categoria.

No Algarve, os artefactos litúrgicos (Fig. 6) ocorrem em torno de Lagos, Monchique e Odeceixe, estando igualmente documentados em Faro, Salir, Ameixial e Balsa. As patenas — *patenas crismalis* — apresentam normalmente uma forma de tigela rasa, ou prato, com cabo, por vezes trabalhado, e teriam como função a imposição do sacramento do baptismo e, talvez da comunhão (Russel Cortez, 1950:54). Na área em estudo apenas estão referenciadas duas “sertãs litúrgicas”, ambas provenientes de contexto de necrópole: Alcária (Monchique) e Odeceixe. Em bronze, apresentam a mesma tipologia formal, de corpo cilíndrico e pega longa e plana, sem decoração. A sua tipologia difere das *patenas crismalis*, mais globulares, mas a espessura das paredes parece indicar uma utilização ritual. As colheres litúrgicas, ou *lingulas*, poderiam ser utilizadas para distribuir a eucaristia (Almeida, 1962: 236), se bem que a pequena dimensão da concha pode colocar algumas reticências a esta hipótese, sendo talvez, mais provável o seu uso relacionado com a utilização de incenso. No distrito de Faro foram referenciadas cinco: na zona de Lagos (Malaca, Paul e Senhora da Luz) e Faro, todas descontextualizadas. As pintadeiras, em forma de chave e usualmente em cobre ou em bronze, são profusamente decoradas, tanto na pega como no palhetão. A sua cronologia levanta muitas dúvidas e a sua funcionalidade desconhecida, sendo a mais apontada, segundo hipótese levantada por Leite de Vasconcelos, de se tratar de marcas ou carimbos utilizadas na massa do pão, eventualmente no utilizado na eucaristia. Foi recolhida uma, em Salir, por Leite de Vasconcelos, em contexto de necrópole, datada de período romano, e em Faro, nas escavações da Sé, efectuadas por A. Viana, assim como no Ameixial e no Monte Molião. Nos sítios de Malaca, Paul e Faro coincidem com a recolha de colheres litúrgicas. O único exemplar de *colum vinarium*, ou passador litúrgico, que serviria para purificar o vinho da eucaristia, quando este era vertido no cálice, foi recolhido na necrópole da Bica Alta (Gomes, 2002: 385).

Entre os objectos de indumentária e de adorno destacam-se as fivelas, normalmente em bronze, constituídas por um aro ou argola que pode ter forma rectangular, embora a mais usual seja a circular, semi-circular ou oval, na qual encaixa o fusilhão, referenciadas em sete sítios, e as placas de cinturão. Estas caracterizam-se pela sua forma laminiforme decorada, que pode apresentar várias variações consoante a sua evolução tipológica. No Algarve foram registadas na Retorta, Milreu, Bensafrim e Ameixial (Fig. 7). Tanto as fivelas como as placas de cinturão são objectos de indumentária não muito comuns neste território,

possivelmente por o ritual de enterramento fazer prevalecer o amortalhamento.

Os anéis de cronologia visigótica são caracterizados pela decoração geométrica e estão presentes em algumas necrópoles do Algarve: Quinta do Marim, Olhão, Benafim e Morgado de Alte, Alte; Retorta e Vale de Carro, Boliquireme; Serro do Algarve e Monte do Cágado, Bensafrim; Alcaria, Monchique e Odeceixe. Foram identificados dois objectos em bronze, com forma de palmatória e decoração em ambas as faces, classificados por F. de Almeida como peças decorativas provenientes de Detrás das Vinhas, Mexilhoeira Grande e Monte Molião, Lagos (Almeida, 1962: 246 e 247, Viana *et alii*, 1952: 139; Fig. 3, n.º 14).

Não existem muitos registos de armamento, tendo sido inventariado na necrópole da Retorta um punhal e uma espada curta depositadas aos pés da inumação (Martins, 1988: 149, foto 48, 151); em Torre d'Apra, Loulé, uma ponta de espada e na necrópole da Alcaria (Monchique) foi recolhida uma ponta de lança, associada ao espólio constituído por um anel, uma fivela e uma sertã litúrgica. Também na Archeta, Monchique foi recolhida uma ponta de lança, associada a espólio cerâmico e em bronze, e na necrópole do Vale da Amargura, Estombar, as inumações estariam acompanhadas de espadas e lanças. O carácter específico das pontas de lança faz com que a sua tipologia não seja muito variável ao longo dos tempos, pelo que apenas com o espólio associado se poderá definir a sua cronologia. Da Retorta proveio um artefacto de ferro, em forma de falcata, (Martins, 1988: 127 foto 26; 146 n.º 2). No Cerro da Vila um machado foi associado a um enterramento (Santos, 1997: 400: Fig. 5). A presença de artefactos de uso quotidiano ou de trabalho parece resumir-se a estes dois casos no território do Algarve.

### **Em resumo: um panorama geral dos sítios tardo-antigos no Algarve**

Com base na recolha bibliográfica efectuada, onde se referem as ocorrências com características visigodas, tardo-antigas e da Alta idade Média, ressalta a grande disparidade de tipos das mesmas: necrópoles e sepulturas isoladas com espólio datável deste período, achados isolados ou artefactos descontextualizados, elementos arquitectónicos, epígrafes e estruturas correspondentes a edifícios de culto, habitats identificados em prospecções e datados por materiais de superfície e espólio atribuível a esta época recolhido em sítios de diferentes cronologias (Fig. 8).

A dispersão dos sítios com vestígios de cronologia tardo-antiga inventariados no distrito de Faro parece concentrar-se no litoral e no Barrocal, com destaque para uma faixa ao longo do rio Guadiana e a norte do concelho de Alcoutim, diminuindo nas zonas de serra. Esta malha de densidade de ocupação pode resultar, não só da investigação arqueológica efectuada na área, como de uma

maior concentração de povoamento ao longo de importantes vias de acessos (fluvial e terrestre). Se a existência de vestígios de habitat indiciam um forte povoamento na área ao longo do rio Guadiana faltam no entanto a referência a necrópoles, que teriam necessariamente de existir. É possível que algumas necrópoles referenciadas como romanas possam ter continuidade de utilização, bem como algumas necrópoles proto-históricas possam ter sido reutilizadas em período tardo-antigo, como acontece com as necrópoles de Monte do Cágado, Bensafrim ou em Alcaria, Monchique.

Nas áreas serranas a ocupação parece incidir nas faldas da mesma, como é visível na zona de Alte e em S. Bartolomeu de Messines. A região de Monchique, entre as Caldas de Monchique e o Castelo do Alferce, apresenta uma forte densidade de achados que resultam não só, da intensa actividade arqueológica efectuada no local mas também, de uma densa ocupação da área, registada em períodos anteriores. Para além da existência das termas, cuja ocupação é atestada em período romano e ainda continuam em actividade na actualidade, toda esta área oferece bons pontos de implantação estratégica de controlo territorial e marítimo, destacando-se o Cerro do Castelo do Alferce, cujo alcance visual permite o domínio do litoral entre a ponta de Sagres e Portimão, bem como o interior para além de S. Marcos da Serra e S. Bartolomeu de Messines.

No litoral, ao longo da faixa marítima sul, mais propícia à ocupação do que a oeste, foram identificados vestígios e/ou locais com ocupação tardo-antiga, coincidindo por vezes, com vestígios de povoamento da época antecedente. A continuidade da diocese em *Ossonoba*, Faro, atestada pela presença de bispos em concílios hispânicos, sobretudo a partir de finais do século VI, carece de dados arqueológicos que estabeleçam uma ideia mais completa do que seria a cidade nesta época pois, exceptuando a presença de vários vestígios arquitectónicos dispersos e das escavações efectuadas na Fábrica da Cerveja e na praça da Sé, a localização das necrópoles tardo-antigas continua desconhecida. A recolha efectuada por Fernando de Almeida, que identifica vários elementos arquitectónicos de época visigótica, indicia a presença efectiva de construções deste período cronológico, por vezes reaproveitando materiais de época anterior. Em Balsa, Tavira encontram-se vestígios de perduração no espaço de necrópole até ao século VIII. Ainda ao longo da costa verificamos a continuação de ocupação em sítios como Vale de Condes, Montinho das Laranjeiras, Quinta do Marim, Loulé Velho, Cerro da Vila, Senhora da Luz e Boca do Rio, bem como indícios de que alguns centros produtores, como o forno de ânforas Martinhal ou a fábrica de *garum* em Lagos, continuaram em laboração neste período (Ramos e Almeida, 2005: 113).

Uma maior concentração de achados é observável nos arredores de Lagos: Paul, que corresponde a um sítio de habitat de época romana com vestígios paleocristãos, Malaca, Marateca e Monte Molião, onde os vestígios de ocupação são datáveis desde a Idade do Ferro; e em torno de Bensafrim (Fonte Velha, Monte

do Cágado), que resulta de uma continuidade de ocupação desses locais, designadamente do espaço sepulcral. Pelo tipo de achados e o seu contexto a necrópole da Fonte Velha terá sido um espaço sepulcral, que se foi sobrepondo desde a Idade do Ferro. Também na área em torno de Silves foram registadas várias ocorrências de época tardo-antiga (Silves, Cerro da Rocha Branca, Ilhéu do Rosário), que apontam para uma continuidade dos mesmos padrões de ocupação.

Outras áreas com grande concentração de vestígios situam -se ao longo da ribeira do Farelo (de Vila Velha, Alvor a Monte Canelas, Alcalar) e na bacia da ribeira de Alcantarilha (entre Armação de Pêra e o Morgado das Taipas, Algoz), onde é visível a maior mancha de necrópoles deste período no território em estudo. A zona das Terras Velhas – Centieiras – Poço dos Mouros, nos arredores de Alcantarilha, parece ter constituído um núcleo de ocupação importante nesta época, embora estejamos perante um caso que resulta de um processo de investigação pontual e direccionada. Na bacia da ribeira de Quarteira, entre o Cerro da Vila e a zona de Paderne foram identificados locais com perduração de ocupação realçando-se a *villa* da Retorta, cuja necrópole forneceu o espólio mais rico e completo (objectos de adorno, placas de cinturão e armas) dos sítios inventariados, e é possível que a necrópole de Vale Carro, dada a sua proximidade, estivesse ainda relacionada com este sítio. A existência da necrópole da Ponte, Paderne aponta para a existência de povoamento associado, o qual ainda não foi possível identificar, bem como nas cercanias das necrópoles das Chaínças I e II situadas próximo da actual vila de Paderne, e cujo povoamento associado não deveria localizar-se muito longe.

Os vestígios encontrados em Torre d'Apra, Loulé apontam igualmente para uma continuação de ocupação do mesmo espaço com necrópole que teria continuado em utilização nesta época, bem como em Milreu, Estói onde não foi localizada a necrópole associada ao sítio, excepto algumas sepulturas no interior do edifício de culto. Nas proximidades, no Cerro do Guelhim (Alarcão, 1988: 207) foi identificada uma necrópole de inumação de período romano que poderá ter tido continuidade de utilização nesta época. Uma concentração de achados em torno de Moncarapacho, Olhão (Argil, Moita Redonda e Sobrados) pressupõe a existência de povoamento nesta área, se bem que o mesmo ainda não tenha sido identificado.

Exceptuando a zona central da Serra de Monchique, toda a área envolvente a norte e a este, abrangendo também a Serra de Espinhaço de Cão a oeste, não regista espólio datável desta época. Apenas são referidos achados em Odeceixe, Aljezur e na Raposeira flanqueando toda esta área montanhosa, facto igualmente registado na dispersão de achados para período romano. A este facto não será alheio a falta de pesquisa arqueológica dirigida para esta área, bem como as condições naturais da mesma que não favorecem a ocupação humana. Parte da Serra do Caldeirão também regista a ausência de vestígios deste período cronológico, exceptuando parte do concelho de Alcoutim e alguns achados na

freguesia do Cachopo, áreas correspondentes a projectos de pesquisa arqueológica e por isso mais estudadas.

A nível estudo da toponímia, alguns estudos efectuados para a onomástica desta época não permitem estabelecer indícios seguros. Os nomes próprios, referidos em algumas fontes, não estão directamente relacionados pela demografia, até porque são os mais vulneráveis a “modas” (tal como acontece actualmente), não reflectindo de forma directa a presença de diferentes populações. Quando directamente relacionados com topónimos podem referir-se a sítios de época medieval, já que os nomes próprios e apelidos, de origem germânica, se conservam até muito tarde. No entanto ressalta o topónimo Aspa, em Torre d’Aspa, como vocábulo de origem directamente germânica – *aspa* – comum em todas as regiões ocupadas pelos visigodos (Piel, 1940: 572). Os topónimos relacionados com os nomes de Santos também podem ser de alguma utilidade: o culto a Santa Eulália tem grande difusão no século IV-V em Mérida, e é possível que se tenha estendido a algumas regiões da Lusitânia, está presente na zona de Albufeira, associado a uma antiga ermida com vestígios de ocupação romanos. Santa Margarida, mártir em Antioquia no século III-IV, topónimo existente na localidade com o mesmo nome, à qual a tradição atribui uma origem antiga, tendo sido uma antiga sede de paróquia. Nas suas imediações foi identificada uma vasta área arqueológica com vestígios de época romana; a existência do micro – topónimo Terço nas imediações parece remeter para a divisão de terras – *tercio* – em período tardo-antigo. O hagiotopónimo S. Martinho Velho, presente em Alcoutim, e associado a um sítio com povoamento romano tardio e tardo-antigo remete para o século III-IV época em que se difunde o culto dos santos.

Os achados de tesouros monetários, maioritariamente com numismas datados do séc. IV-V, parecem reforçar a ideia de um período de instabilidade provocada com a chegada de povos germânicos à Península Ibérica nos inícios do século V. No entanto apesar desta destabilização a continuidade de ocupação é visível em habitats (inclusive na Quinta do Marim onde foi encontrado um tesouro monetário) e nos espaços de enterramento, atestada na necrópole da Retorta, Cerro da Vila e Vale de Condes. Nestes dois últimos casos parece estar associado a enterramentos datáveis do Baixo-império embora a perduração de circulação das moedas não permita a atribuição de uma cronologia fiável. A rara presença de moedas de período posterior – moedas de Recaredo e Recesvinto no concelho de Alcoutim, *tremisse* de Justino I (reinado de Amalarico) em Alcaria Alta II, Cachopo e moeda de Vitiza no Cerro do Castelo do Alferce – aparece atestada apenas em zonas de interior (Serra Algarvia) e pode indicar a existência de sítios de habitat de época visigótica com alguma importância estratégica nestas áreas. De realçar o facto de poucas moedas terem sido recolhidas em contextos de necrópole, directamente associadas a inumações o que pressupõe um declínio da tradição pagã de pagar o “óbolo a Caronte”, que pode estar relacionado com a crescente

influência do cristianismo na região em causa.

Dos edifícios religiosos destacam-se dois casos distintos: o reaproveitamento de um edifício de culto pagão para culto cristão como é o caso presente em Milreu, em que a transformação terá ocorrido ainda em finais do século IV – inícios do V, e no qual terão ocorrido enterramentos, antes de uma remodelação lhe acrescentar um baptistério; e a construção de um edifício religioso no século VI-VII, no Montinho das Laranjeiras, coincidente com um recrudescimento de construção de edifícios visigodos civis e religiosos nesta época. A presença de sepulturas no interior do edifício atesta a prática, apesar de proibida pela Igreja, de enterramentos no interior dos templos.

A presença de espólio cerâmico datável do século VI-VII associado a inumações, parte do qual apresenta uma tipologia de tradição romana, aponta para uma continuidade cultural daquele período, matizada pela ascendência do Cristianismo. O afastamento e as condicionantes geográficas da região algarvia, em relação ao núcleo de poder visigodo sediado no centro da Península Ibérica, bem como a presença bizantina e as suas influências orientalizantes, contribuíram para que a influência germânica não seja visível, exceptuando em casos pontuais, nas necrópoles tardo-antigas do Algarve. Estas influências fazem-se notar nos objectos de adorno (jóias, placas de cinturão e fíbulas) verificando-se a predominância de elementos datáveis do século VI-VII, alguns com características claramente germânicas, como as decorações geométricas e zoomórficas, visíveis em placas de cinturão provenientes de Bensafirim e da Retorta.

### **Em síntese**

*Gothorum laus est civilitas custodia* – a glória dos godos é ter conservado a *civilitas*, a cultura, a civilização romana (Arce Sáinz, 2000: 12). Esta frase de Casiodoro, referente à dominação ostrogoda em Itália reflecte as dificuldades em estudar o período tardo-antigo. A adaptação, a aculturação ao modelo existente por parte da maioria da população visigoda, cujo número representaria uma minoria entre os habitantes da Península, dificulta a atribuição de cronologias para alguns artefactos encontrados em contextos tardo-antigos.

A situação periférica do território do Algarve parece tê-lo poupado à maior parte das lutas que caracterizam o século V. A presença bizantina, comprovada por fontes históricas, foi demasiado breve para ter deixado marcas profundas no registo arqueológico. As relações comerciais com o Oriente e uma crescente adaptação por parte da corte visigoda aos modelos do Estado bizantino permitem um intercâmbio cultural, traduzido a nível dos artefactos arqueológicos que dificulta a compreensão da realidade existente. As tradições demoram a transformar-se, e algumas perduram durante séculos, sendo os rituais da morte um bom exemplo desta realidade. Até

589 a grande diferença cultural entre visigodos e população local seria a religião, pois os visigodos, oficialmente e na sua maioria, professavam o arianismo enquanto, na Hispânia, predominava o catolicismo, ainda com restos de paganismo, assim como algumas heresias. Estas diferenças são, contudo, muito difíceis de observar no registo arqueológico.

Da análise efectuada às necrópoles com espólio enquadrável no período tardo-antigo ressalta o facto de a grande maioria estar associada a povoamento datado de época romana, indicando uma continuidade de ocupação dos mesmos espaços. As tradições, de difícil mudança e que se prolongam no tempo, continuam em muitos casos a ser as mesmas: a localização perto de uma via de comunicação e fora do espaço dos vivos passa gradualmente a ser efectuada no interior dos edifícios religiosos. A cristianização do espaço traduz-se enterramento por inumação, como forma de salvaguardar o corpo para além da morte. As relações sociais vividas reportam-se para o mundo da morte com o agrupamento de sepulturas e de ossários. A deposição de espólio funerário só se modifica nas características temporais dos artefactos, patentes no caso das decorações dos anéis ou na introdução de placas de cinturão. Com a evolução religiosa e política do cristianismo a Igreja começa a interferir nos aspectos rituais dos enterramentos, o que leva a uma redução de espólio e a um despojamento no momento da inumação, característico das necrópoles mais tardias, incluindo o anonimato da sepultura.

A necrópole de Vale de Condes, Alcoutim, localizada num local com vestígios de ocupação de época romana, com as diferentes tipologias de construção das sepulturas, a variedade de orientações e escassez de espólio votivo enquadra-se nas necrópoles tardo-antigas do território algarvio, que traduzem um mundo periférico em que várias influências se fazem sentir. A presença de uma base de mesa de altar indica a presença de um edifício de culto pelo que se pode enquadrar esta necrópole no tipo de povoamento semelhante ao existente no Montinho das Laranjeiras, cuja perduração de ocupação do espaço é visível até à actualidade na povoação que lhe fica adjacente, ao contrário do que acontece em Vale de Condes, onde não foram encontrados indícios de ocupação posterior, possivelmente devido às condições naturais do terreno.

## Bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal*. Vol. 3, fasc. 3 Évora, Faro & Lagos. Warminster: Aris & Phillips LTD.
- ALMEIDA, F. de (1962) - Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4 (Nova Série), p. 5-278.
- ARCE SÁINZ, F. (2000) - Viejas e nuevas perspectivas sobre la cultura material mozárabe. In *Visigodos y Omeyas: un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 23), p. 77-93.
- AZEVEDO, J. M. S. de (1967) - Itacio «o claro», Bispo de Ossonoba, figura preponderante do século IV. In *Actas do Congresso de Estudos Comemorativos do XIII Centenário da Morte de S. Fructuoso*. Braga: Bracara Augusta, 21, p. 55-62.
- BARATA, F., coord. (1997) - *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português do Património Arquitectónico.
- BARROCA, M. J. (1987) - *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*. Porto: Trabalho apresentado no âmbito da Provas Publicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.
- CABALLERO ZOREDA, L. (1974) - *La necropolis Tardorromana de Fuentespreadas (Zamora)*. Madrid: Ministerio de Education y Ciencia, Direccion General de Bellas Artes (Excavaciones Arqueológicas en España, 80).
- CATARINO, M. H. G. (2002) - Castelos e território omíada na Kura de Ossonoba. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb: Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Palmela: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, p. 29-44.
- CATARINO, M. H. G. (1999) - A chegada dos Árabes à Península Ibérica: A invasão de Tarique em 711 e a ocupação do território. In *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*. Lisboa: Edições Colibri, p. 61-67.
- CATARINO, M. H. G. (1997/98) - O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. *al-ulyā: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. 6 (3 vol.).
- CATARINO, M. H. G. (1988) - *Para o Estudo da Ocupação Muçulmana no Algarve Oriental (concelhos de Alcoutim e Castro Marim)*. Coimbra: Trabalho de síntese apresentado à Faculdade de Letras de Coimbra como prova de aptidão pedagógica e capacidade científica. Policopiado.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. (1994) - *Dicionário do Símbolos*. Santa Maria da Feira: Teorema.
- COELHO, A. B. (1989) - *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editorial Caminho. 1.
- COUTINHO, H. M. R. (2005) - *As ruínas do Montinho das Laranjeiras*. [S. l.]: Câmara Municipal de Alcoutim / Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Algarve.
- DOMINGUES, J. D. G. (1960) - O Garb extremo do Andaluz e «Bortuqal» nos historiadores e geógrafos árabes. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 7-12, p. 327-362.
- ENDOVÉLICO - Inventário de sítios do Instituto Português de Arqueologia [www.ipa.min-cultura.pt].
- FABIÃO, C. (1999) - O Algarve romano. In *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*. Lisboa: Edições Colibri, p. 33-51.

- FABIÃO, C. (1997) - As *Villae* do actual Algarve. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 373-385.
- FABIÃO, C. (1992-93) - Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve. *Studia Histórica. Historia Antigua*. [S. l.]. 10-11, p. 227-252.
- FEIO, M. (1993) - *Le Bas Alentejo et l'Algarve*. Évora: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- FERNANDES, A. de A. (1997) - *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense / Câmara Municipal de Arouca.
- FLORCHINGER, A. (1998) - *Romanische Graber in Sudspanien*. Marburger Studien zur Vor-und Fruhgeschichte 19. Rahden/Westf. Verlag Marie Leidorf GmbH.
- GAMITO, T. J. (1997) - Ipses (Vila Velha, Alvor). In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 257-264.
- GAMITO, T.J. (1996) - As Muralhas de Faro e os Vestígios Bizantinos da Ocupação da Cidade e do seu Sistema Defensivo. In MACIEL, J., coord. - *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Ed. Colibri, p. 259-268.
- GARCIA MORENO, L. (1989) - *Historia de España Visigoda*. Madrid: Cátedra.
- GARCIA MORENO, L. (1977-78) - La cristianización de la topografía de las ciudades de la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 50-51, p. 311-321.
- GARCIA MORENO, L. (1974) - *Prosopografía del reino visigodo de Toledo*. Salamanca: Universidad de Salamanca (Acta Salmanticensia; 77).
- GOMES, M.V. (2002) - A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5: 2, p. 339-397.
- GOMES, M.V.; CARDOSO, J.L.; ALVES, F.J.S. (1995) - *Levantamento Arqueológico do Algarve: Concelho de Lagoa*. Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa.
- GOMES, M.V.; GOMES, R.V. (1988) - *Levantamento Arqueológico-Bibliográfico do Algarve*. Lisboa: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura.
- GOMES M.V.; SILVA, C.T. (1987) - *Levantamento arqueológico do Algarve: Concelho de Vila do Bispo*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura.
- GOMES, M.V.; PAULO, L.C.; FERREIRA, S.D. (2003) - *Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Albufeira*. Mem Martins: Câmara Municipal de Albufeira.
- HAUSCHILD, T. (1984-88) - O edifício de culto do complexo de ruínas romanas perto de Estói, na província da Lusitânia. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Série X, 1, p. 123-150.
- HAUSCHILD, T. (1987) - *Arquitectura em Portugal sob o domínio dos visigodos. XXXIV Corso di Cultura Sull'arte Ravennate e Bizantina*. Ravenna: Edizione del Girassole, p. 387-399.
- IZQUIERDO BENITO, R. (1977) - Ensayo de una sistematización tipológica de la cerámica de necrópolis de época visigoda. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Madrid. 80: 4, p. 837-865.
- LOPES, F.F. (1958-59) - Do Algarve Bizantino. In Actas do Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos, *Bracara Augusta*. Braga. 9-10, p. 126-139.
- LOPES, J.B. da S. (1841) - *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do*

Algarve. Faro: Algarve em Foco Editora (reed. de 1988).

MACIEL, J. (1996) - *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Ed. do Autor.

MAIA, M. (2000) - *Levantamento da Carta arqueológica da Freguesia de Cachopo*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.

MAIA, M.; FERNANDES, C.; LOPES, M.; CAVACO, S.; coord. (2003) - *Tavira Território e Poder*. [S. l.]: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Tavira.

MANTAS, V.G. (1997) - *As Civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve romano*. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 283-309.

MARQUES, T., coord. (1995) - *Carta Arqueológica de Portugal*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

MARQUES, T., coord. (1992) - *Carta Arqueológica de Portugal*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

MATTOSO, J. dir. (1997) - *Pressupostos Mentais do Culto dos Mortos*. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 5, p. 5-11.

MATTOSO, J. (1996) - *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições Sá da Costa.

GARCIA MORENO, L.A. (1989) - *Historia de España Visigoda*. Madrid: Cátedra.

NOLLEN, J.U.S. (1994) - *Cerâmicas e Vidros de Torres de Ares, Balsa*. [S. l.]: Secretaria de Estado da Cultura / Instituto Português dos Museus.

OLIVEIRA, F.X. d'A. (1907) - *A monografia de Alvor*. Faro: Algarve em Foco (reed.1993).

PALOL, P. de (1967) - *Arqueologia Cristiana de la España Romana*. Madrid-Valladolid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

PALOL, P. de (1966) - *Demografía e Arqueologia Hispánicas de los siglos IV al VIII*, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, Valladolid: Universidad de Valladolid, Facultad de Filosofía y Letras. 32, p. 5-66.

PALOL, P. de (1962) - *Basílicas paleocristianas en la isla de Menorca*. *Festschrift Friedrich Gerke*. Baden Baden/ Baleares, p. 39-52.

PIEL, J. (1940) - *O património visigodo da língua portuguesa*. *Congresso do Mundo Português*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. 1, p. 566-586.

RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R. (2005) - *O Complexo Industrial Conserveiro de Época Romana da Rua Silva Lopes. Principais Resultados de Uma Intervenção de Emergência no Centro Histórico de Lagos*. In *Xelb 5 - Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal de Silves, p. 101-118.

RESENDE, A. de (1996) - *As antiguidades da Lusitânia*, Introdução, Tradução e Comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

RIBEIRO, O. (1987) - *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

RIPOLL, G.; VÉLAZQUEZ, I. (1995) - *La Hispania visigoda. Del rey Ataúlfo a Don Rodrigo*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy ( Historia de España, 6).

RUSSEL CORTEZ, F. (1950) - *Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal*. *O Instituto*.

Coimbra.114, p. 52-92.

SANTOS, M.L.E. da V. (1972) - *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2.

SANTOS, M.L.E. da V. (1971) - *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1.

VALLVÉ, J. (1986) - *La división territorial de la España musulmana*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Filología.

VASCONCELLOS, J.L. de (1913) - *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 3.

VAZQUEZ DE PARGA, L. (1943) - *La division de Wamba*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

VEIGA, S.P.M.E. da (1910) - Antiquidades Monumentaes do Algarve, Capítulo V Tempos Históricos. *O Archeologo Português*. Lisboa. 16, p. 209-233.

VEIGA, S.P.M.E. da (1905) - Antiquidades Monumentaes do Algarve, Capítulo IV. *O Archeologo Português*. Lisboa. 10, p. 6-14, 107-118.

VIANA, A. (1952) - Ossonoba. O problema da sua localização. *Revista de Guimarães*, Guimarães. 62, p. 250-285.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. da V. (1953) - De lo Prerromano a lo Árabe en el Museo Regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 26, p. 113-138.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. da V. (1952) - Alguns objectos inéditos do Museu Regional de Lagos. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 57, p. 133-142.

VIVES, J. (1942) - *Inscripciones Cristianas de la España Romana e Visigoda*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

VVAA, (1990) - *L' Amfiteatre Romà de Tarragona, la basílica visigòtica i l'església romànica*. Tarragona: Taller Escola d' Arqueologia.

**Listagem de sítios****Alcoutim**

1. Alcaria das Pegas, Alcoutim
2. Alcoutim, Alcoutim
3. Alvrágil, Giões
4. Balrões, Giões
5. Cabeço das Corgas e Almargem, Pereiro
6. Casa Velha do Marmeleiro, Alcoutim
7. Cerca das Oliveiras de S. Martinho Velho, Alcoutim
8. Cerca do Xarez, Pereiro
9. Cercado do Arreganhado, Pereiro
10. Cerro das Alcarias do Serro da Vinha, Pereiro
11. Cerro das Casinhas, Alcoutim
12. Cerro do Castelo de Corte das Donas, Alcoutim
13. Cerro do Lírio, Martinlongo
14. Cerro dos Pedregulhos de Diogo Dias, Martim Longo
15. Clarines, Giões
16. Corga dos Coiros, Giões
17. Corte das Donas, Alcoutim
18. Curral da Corte, Martim Longo
19. Curral Velho, Alcoutim
20. Curralão, Giões
21. Curralinhos, Martim Longo
22. Degracias, Pereiro
23. Enxoval, Alcoutim
24. Fadagoso, Alcoutim
25. Martim Longo, Martim Longo
26. Montinho das Laranjeiras, Alcoutim
27. Montinho do Corte da

- Seda, Alcoutim
28. Palheirinhos do Cavalo, Martim Longo
  29. Pedrinhas de S. Brás, Vaqueiros
  30. Vale de Condes, Alcoutim
  31. Vicentes ou Alcarias de Vicentes, Pereiro
- Castro Marim**
32. Alcaria das Choças, Azinhal
  33. Alcarias de Choças Queimadas, Odeleite
  34. Cerro da Formiga, Azinhal
  35. Alcarias de Marroquil, Azinhal
  36. Alcarias do Moinho Derrubado, Azinhal
  37. Aroucas, Castro Marim
  38. Assador, Odeleite
  39. Cerro do Castelo de Odeleite, Odeleite
  40. Cerro dos Castelhanos, Castro Marim
  41. Garrucho, Odeleite
  42. Horta da Alcaria, Castro Marim
  43. Quarto, Azinhal
  44. Vale do Boto, Castro Marim
- Tavira**
45. Alcaria Alta II, Cachopo
  46. Balsa/ Torre d'Ares, Luz
  47. Castelo da Fuzeta, Santa Maria
  48. Cerro dos Mouros do Cachopo, Cachopo
  49. Horta da Canada, Conceição
- Olhão**
50. Argil, Moncarapacho
  51. Moita Redonda, Moncarapacho

52. Quinta do Marim, Quelfes
  53. Sobrados, Moncarapacho
- Faro**
54. Faro (cidade)
  55. Milreu, Estói
- S. Brás de Alportel**
56. S. Brás de Alportel
- Loulé**
57. Alfarrobeira, S. Clemente
  58. Ameixial, Ameixial
  59. Bela Vista / Boavista, Salir
  60. Benafim, Alte
  61. Cerro da Vila, Quarteira
  62. Loulé Velho, Quarteira
  63. Morgado de Alte, Loulé
  64. Retorta, Boliqeime
  65. Torre de Apra, S. Clemente
  66. Torrinha, Salir
  67. Santa Margarida, Alte
- Albufeira**
68. Albufeira, Albufeira
  69. Chainças I, Paderne
  70. Chainças II, Paderne
  71. Ponte, Necrópole da, Paderne
  72. Santa Eulália, Albufeira
  73. Sesmaria (ou Sismarias), Albufeira
  74. Vale de Carro, Olhos de Água
- Lagoa**
75. Senhora da Rocha, Porches
  76. Vale da Amargura, Estombar
- Silves**
77. Alcantarilha, Alcantarilha
  78. Armação de Pêra,

## Pêra

79. Bica Alta, S.  
Bartolomeu de Messines  
80. Centeiras, Pêra  
81. Cerro da Rocha  
Branca, Silves  
82. Ilhéu do Rosário  
83. Morgado da Lameira  
e Terras Cavadas, Pêra  
84. Morgado das Taipas,  
Algoz  
85. Perna Seca, S.  
Bartolomeu de Messines  
86. Poço dos Mouros,  
Alcantarilha  
87. Torre Vã, S.  
Bartolomeu de Messines  
88. Silves  
89. Terras Velhas, Pêra

**Portimão**

90. Abicada  
91. Detrás das Vinhas,  
Mexilhoeira Grande  
92. Monte Canelas,

## Alcalar

93. Portimão, Portimão  
94. Serro do Algarve,  
Mexilhoeira Grande  
95. Vila Velha, Alvor  
**Lagos**  
96. Bensafrim, Bensafrim  
97. Fonte Velha  
98. Lagos  
99. Malaca, Odiáxere  
100. Marateca, Lagos  
101. Monte do Cágado (tb  
Selões da Mina),  
Bensafrim  
102. Monte Molião, Lagos  
103. Paul, S. Sebastião  
104. Senhora da Luz  
**Vila do Bispo**  
105. Almadeninha,  
Budens  
106. Boca do Rio, Budens  
107. Padrão, Raposeira  
**Monchique**  
108. Alcaria, Caldas de

## Monchique

109. Archeta, Monchique  
110. Caldas de  
Monchique, Monchique  
111. Cerro do Castanho,  
Monchique  
112. Cerro do Castelo,  
Alferce  
113. Cerro do Castelo da  
Nave, Monchique  
114. Esgaravatadouro,  
Monchique  
115. Rencovo  
**Aljezur**  
116. Alcaria (ou Barranco  
da Alcaria), Aljezur  
117. Odeceixe  
**Proveniência  
desconhecida**  
118. Duas placas  
119. Recipiente  
120. Epígrafe.  
121. Epígrafe.

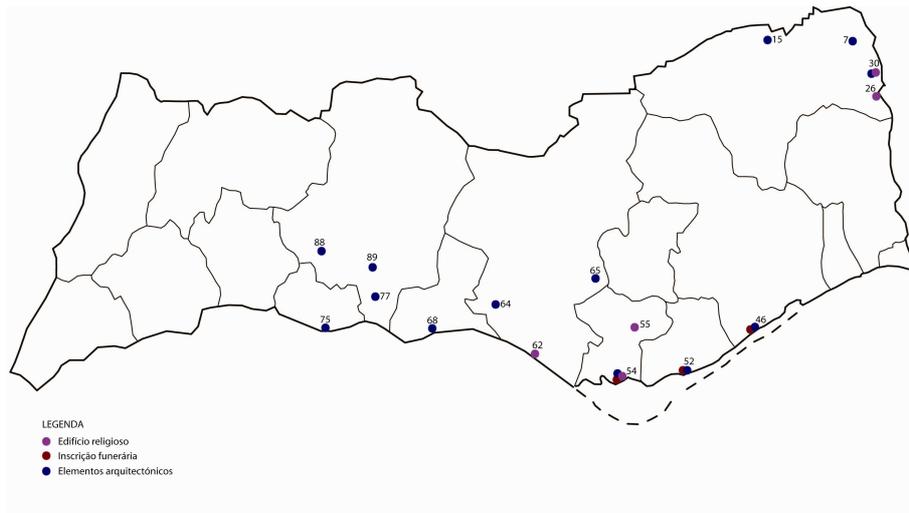


Fig. 1. Localização de edifícios religiosos, epígrafes e elementos arquitectónicos.



Fig. 2. Localização do sítio de Vale de Condes, Alcoutim (CMP 575).



Fig. 3. Fragmento de mesa de altar proveniente do sítio de Vale de Condes.

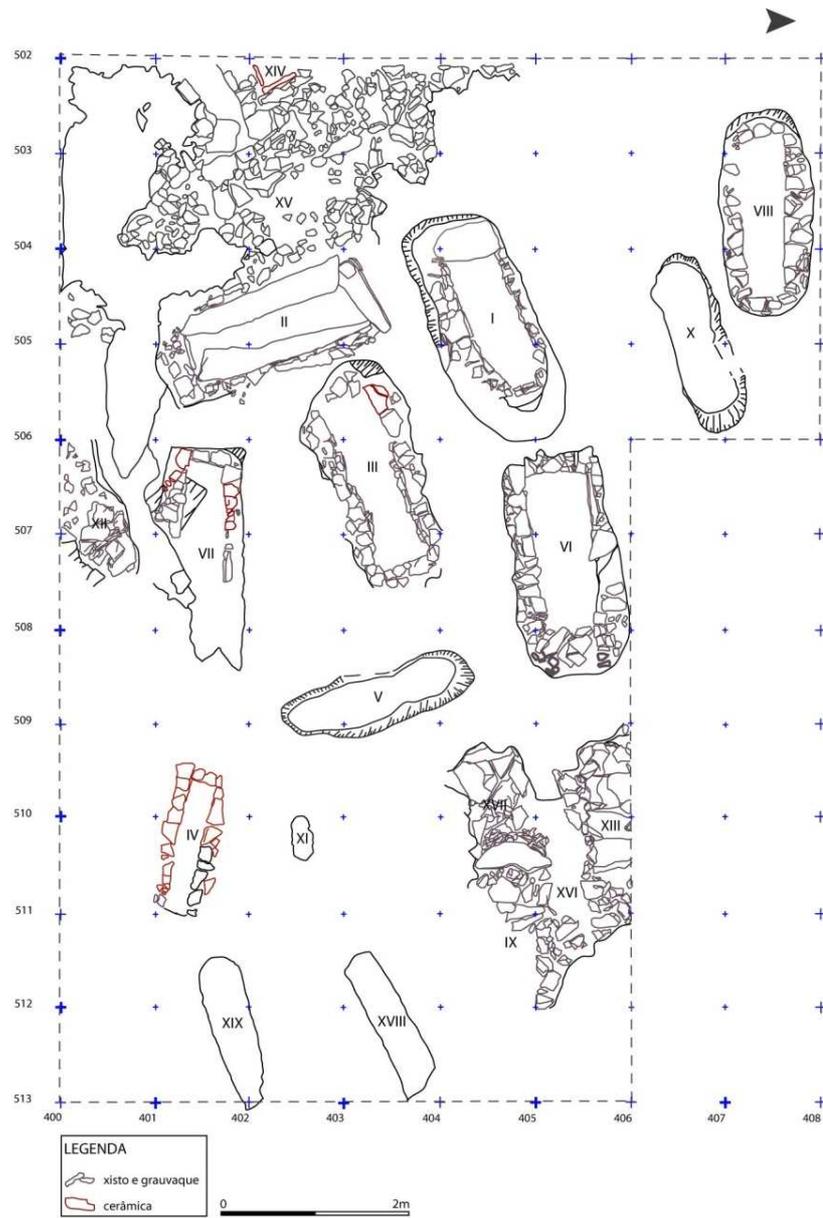


Fig. 4. Planta da necrópole de Vale de Condes.

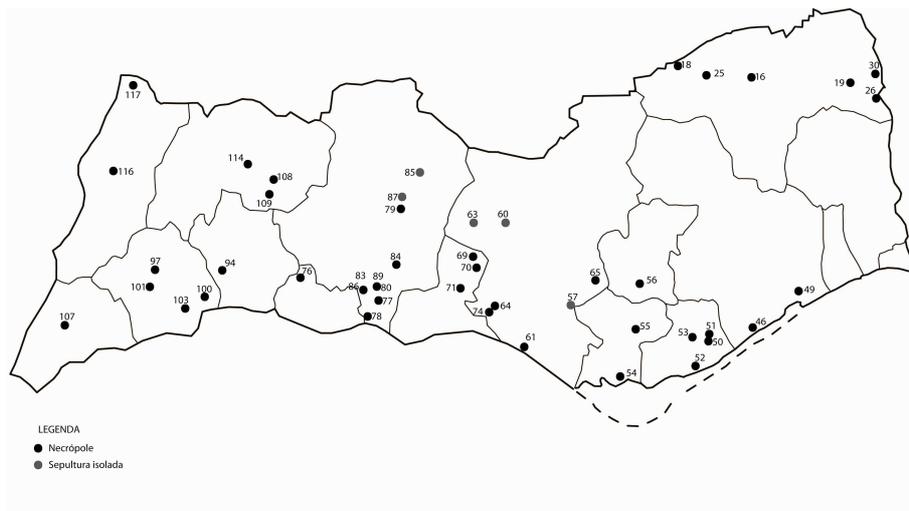


Fig. 5. Localização de necrópoles e sepulturas isoladas.

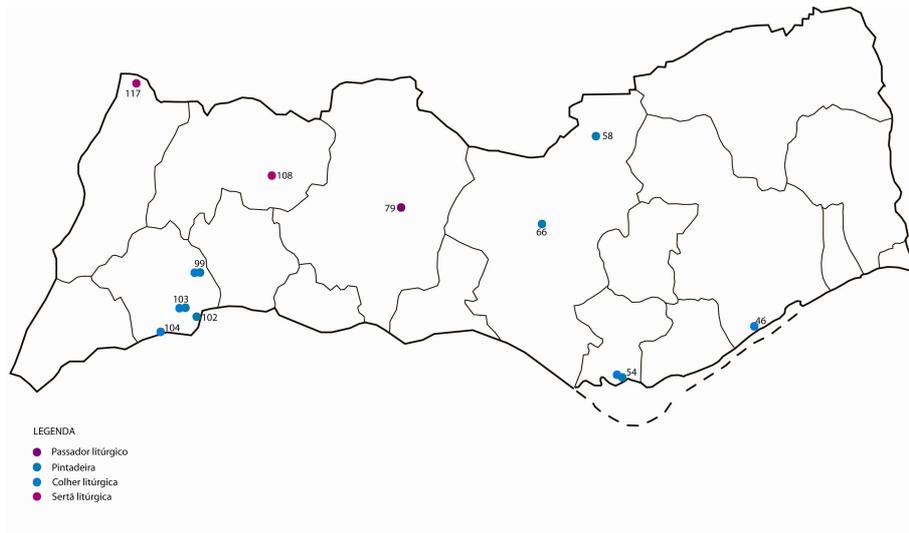


Fig. 6. Localização dos artefactos litúrgicos.

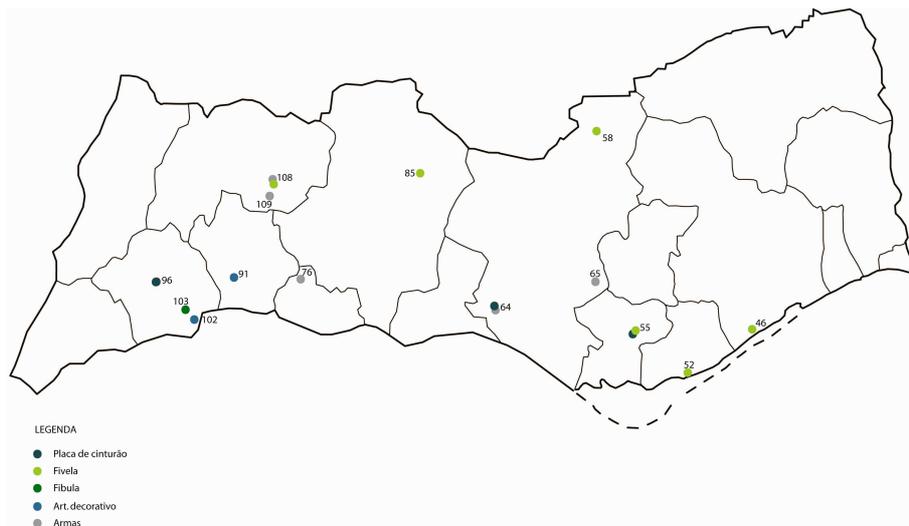


Fig. 7. Localização dos artefactos metálicos.

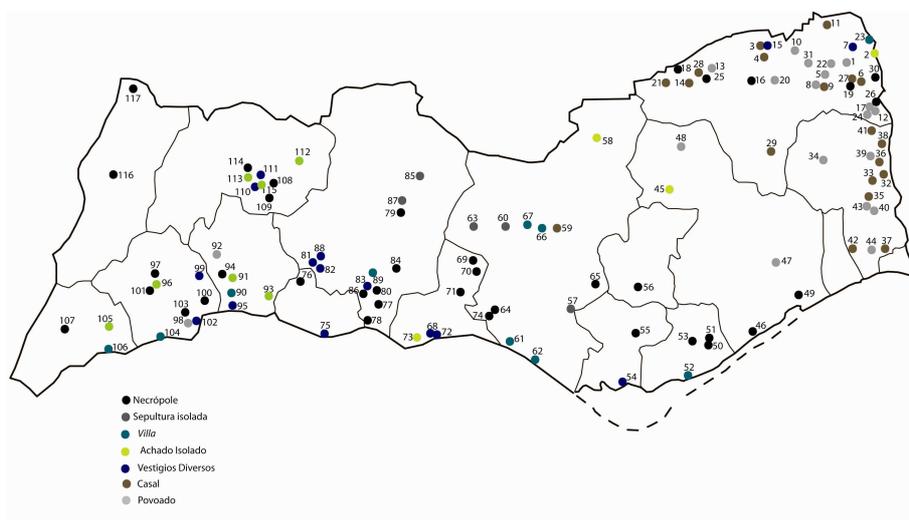


Fig. 8. Localização dos sítios inventariados.